



**FBOMS**

Fórum Brasileiro de ONGs  
e Movimentos Sociais  
para o Meio Ambiente  
e o Desenvolvimento

***FBOMS 30 anos de construção coletiva para a sustentabilidade e dignidade de Vida: Resiliência, Democracia, Justiça e Sustentabilidade Socioambiental No Brasil***

Ao longo de sua trajetória de 30 anos, o FBOMS vem acompanhando, monitorando e buscando interferir nas políticas socioambientais em âmbito internacional e nacional com participação ativa em diversas instâncias de discussão e deliberação para que tenhamos um mundo com justiça social e ambiental, que garanta os direitos da natureza e da sociedade como um todo.

1. Desde janeiro de 2019 temos assistido a um sistemático ataque, sobretudo na esfera do Governo Federal, às políticas públicas, órgãos e normas que buscam garantir a conservação ambiental e uso sustentável dos bens e serviços ecossistêmicos; à contribuição e conhecimento da ciência para os diversos desafios da governança e gestão governamental; da negação da contribuição de acordos multilaterais e cooperação internacional em questões tão diversas como promoção da saúde, fomento de energia renovável, objetivos de desenvolvimento sustentável; que buscam descumprir deveres e desfazer iniciativas de observância de direitos constitucionais de povos indígenas; de desfazimento de instâncias de participação do público na governança democrática de políticas públicas; de flexibilização de sistemas e normas de proteção social e previdenciária.
2. O ataque insere-se em perspectiva do Governo Bolsonaro em negar a base científica, racional e de justiça social das políticas públicas e dos deveres governamentais em várias áreas, incluindo educação, ciência, agricultura, povos indígenas, comunidades e agrupamentos humanos vulneráveis. Lastreado em abordagens pró-mercado e de privatização de bens e serviços públicos, as iniciativas governamentais miraram no enfraquecimento de sistemas e direitos de bem estar social (notadamente dos sistemas de proteção social de população de baixa renda, flexibilização de normas para segurança jurídica para trabalhadores, condicionantes mais onerosas para o acesso à previdência social, entre outras). Todas as medidas, que formariam uma longa lista de atos de retrocesso normativo e político na garantia de direitos para a população, inclusive o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum de povo e essencial à sadia qualidade de vida (art. 225 da Constituição Federal) tiveram grande repercussão em diversas esferas: internacional, gerando potenciais efeitos negativos para a inserção global de produtos e serviços proporcionados pelas atividades econômicas no Brasil, e nacional, causando indignação de todas as pessoas e organizações que conscientemente buscam que o país possa, de forma progressiva, honrar o dever de proteger o meio ambiente e promover a justiça e sustentabilidade no desenvolvimento humano.

3. **Infelizmente, esses ataques não são uma surpresa!** Se analisarmos com mais atenção podemos afirmar que estes ataques se iniciaram antes mesmo da posse do Presidente. Lembramos das afirmações de que “não haveria mais demarcação de um palmo de terra indígena, quilombolas e reservas ambientais”, ou “tem que acabar com IBAMA e a fiscalização contra as empresa e produtores do Brasil” ou “mesmo iria acabar com o ministério do meio ambiente fundindo com o da Agricultura”, pronunciadas pelo atual Presidente.
4. **O ataque sistemático ao sistema, órgãos e legislação de proteção de direitos ambientais e de indígenas,** entre outros, ficou evidenciado pela fala do Ministro do Meio Ambiente em recente reunião ministerial (22/04/2020)- cujo teor veio ao conhecimento público, por decisão do STF – que desnudou para a sociedade brasileira o caráter perverso do governo e seus ministros, que estão mancomunados com algumas corporações empresariais e parlamentares sintonizados com tais interesses. Esse grupo é dominado pelo dolo e ilegalidades e cinicamente se aproveita do momento de pandemia como uma “oportunidade” política para “flexibilizar” ainda mais, sem se preocupar com as vidas perdidas e com o respeito à Constituição.
5. No entanto, a reação da sociedade brasileira em diversas frentes como no parlamento, no sistema judiciário, nos movimentos sociais, empresariais e na sociedade de um modo geral, vem crescendo. E com certeza, organizações do FBOMS têm contribuído e contribuirão muito mais para a resistência e luta da população.
6. Expressamos nossa satisfação pelos hercúleos esforços da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar dos Direitos Indígenas, de diversos parlamentares e alguns partidos políticos comprometidos com a defesa intransigente dos direitos de indígenas, quilombolas e de todas as pessoas desse país à qualidade e integridade ambiental e o desenvolvimento social e econômico com dignidade e justiça. Em especial, destacamos o diálogo permanente de tais Frentes e de seus integrantes com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, povos indígenas, cientistas, trabalhadores e lideranças sindicais, para as medidas parlamentares e ou judiciais adotadas na defesa de tais direitos socioambientais.
7. Compreendemos as manifestações e pleitos legais **pelo impedimento do Ministro Salles,** que têm ocorrido de forma crescente, e apoiamos as iniciativas para impedir a continuidade e reverter as políticas e as medidas anti-ambiente, do atual Ministro ou de quem venha substituí-lo. Enfim, não se trata, mais e somente, de substituir o titular da pasta, mas, sobretudo de defender os deveres estatais, em políticas e programas, para garantir o direito e o dever de todos para o meio ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações.
8. Por isso queremos neste momento, ao mesmo tempo, chamar a atenção para os retrocessos, também reafirmar nossa disposição de resistência e labuta, para que juntos, com as demais forças democráticas, sociais e políticas do país, possamos manter os direitos humanos e da natureza e redirecionar o rumo do desenvolvimento nacional, tendo como marcos a

democracia, a redução das desigualdades e as iniciativas adequadas, justas e urgentes para um Brasil e um Planeta sustentáveis.

9. Para tanto, o FBOMS estimula que a sociedade civil organizada e partidos políticos de oposição continuem a atuar e ampliar a resistência a esses retrocessos, pelos mecanismos próprios da democracia. E afirmamos o compromisso coletivo de perseverar e esperar na defesa da democracia e dos direitos humanos, pressupostos para a digna qualidade de vida.
10. O FBOMS e entidades associadas celebram 30 anos de lutas e contribuições para o desenvolvimento socioambiental do País. Nesta conjuntura adversa e destrutiva nos colocamos à disposição para atuar junto com todos aqueles que se disponham a lutar pela democracia e pela construção de uma sociedade justa, solidária e ambientalmente sadia.

**Reafirmamos nosso compromisso de resistência aos retrocessos e à defesa de direitos fundamentais para justiça socioambiental e sustentabilidade do desenvolvimento humano.**